



**PROGRAMA DE APRIMORAMENTO
PROFISSIONAL**
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS



RAFAELA CARDOSO DE MATTOS

**INFLUÊNCIAS SOBRE A ESCOLHA DA MULHER POR TORNAR-SE MÃE: UM
ESTUDO DE REVISÃO SISTEMÁTICA**

RIBEIRÃO PRETO
2017



**PROGRAMA DE APRIMORAMENTO
PROFISSIONAL**
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS



RAFAELA CARDOSO DE MATTOS

**INFLUÊNCIAS SOBRE A ESCOLHA DA MULHER POR TORNAR-SE MÃE: UM
ESTUDO DE REVISÃO SISTEMÁTICA**

Monografia apresentada ao Programa de Aprimoramento Profissional/ CRH/ SES-SP, elaborada no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo – USP/ Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento.

Área: Promoção de Saúde na Comunidade

Orientadora: Maira Morena Borges

Supervisor Titular: Prof. Dr. Ricardo Gorayeb

RIBEIRÃO PRETO
2017

RAFAELA CARDOSO DE MATTOS

BIBLIOTECA CENTRAL DA USP DE RIBEIRÃO PRETO
FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO-USP

TOMBO:_____ SYSNO:_____

MONOGRAFIA 2017

INFLUÊNCIAS SOBRE A ESCOLHA DA MULHER POR TORNAR-SE MÃE: UM ESTUDO DE
REVISÃO SISTEMÁTICA

ALUNA: RAFAELA CARDOSO DE MATTOS

ORIENTADORA: MAIRA MORENA ORGES

DOCENTE RESPONSÁVEL: PROF. DR. RICARDO GORAYEB

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

Mattos, Rafaela Cardoso de
Influências sobre a escolha da mulher por tornar-se mãe: um estudo de revisão sistemática/ Rafaela Cardoso de Mattos; Orientadora Maira Morena Borges. Ribeirão Preto, 2017.
41 f.: il .

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2017.

1. Maternidade. 2. Gravidez. 3. Escolha.

Às mulheres que vivenciaram as dores e as delícias da gestação e que se descobriram através da maternidade.

AGRADECIMENTOS

Às minhas mães, que fizeram despertar em mim o interesse pelo estudo da maternidade.

À Ms. Maira, minha orientadora, que aceitou prontamente embarcar comigo nesta busca por respostas e, que com o rigor necessário, me ensinou sobre responsabilidade e profissionalismo.

Ao Ambulatório de Prematuridade, especialidade da Ginecologia e Obstetrícia, do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo – USP, que me proporcionou tantos e enriquecedores encontros com diferentes mulheres grávidas.

Às demais aprimorandas, hoje amigas, que estiveram comigo ao longo deste ano, que sempre atentas e dispostas tornaram o processo mais leve e gratificante.

Aos contratados do Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento, que, de modo geral, muito me ensinaram sobre humanidade no exercício da profissão como psicóloga especialmente à Tatiana Possani por me abrir portas no campo de pesquisa, nos últimos anos.

Ao Programa de Aprimoramento Profissional de Promoção de Saúde na Comunidade, pelo incentivo à pesquisa, e suas respectivas contratadas por oportunizarem valiosas experiências de aprendizagem.

“É preciso ter coragem para ser mulher nesse mundo. Para viver como uma. Para escrever sobre elas.” (FALCÃO, 2015).

RESUMO

MATTOS, Rafaela Cardoso de. Influências sobre a escolha da mulher por tornar-se mãe: um estudo de revisão sistemática. 2017. 42 p. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo - USP, Ribeirão Preto, 2017.

A maternidade, ao longo da história de nossa sociedade, foi qualificada como inerente às mulheres, assim como, junto à domesticidade, foi atribuída a mulher como possibilidade única de realização, limitando-lhe outros papéis. Atualmente, mesmo com a alteração de alguns valores sociais dominantes, na cultura ocidental a mulher ainda é vista através de sua natureza biológica, reforçando culturalmente um discurso baseado na noção de instinto materno. Constantemente as identidades da mulher e da maternidade se confundem, entretanto, a gravidez é algo que supera a concepção de um feto, assim como a maternidade vai além do momento do parto, o que aponta para a distinção dos dois processos entre seus aspectos psicológico, dinâmico, de construção e desenvolvimento, daí a importância de seu planejamento. É fato que o desejo de ter filhos e a escolha por tornar-se mãe pode ter múltiplas influências e representações, contudo a gravidez não desejada ou programada, por sua vez, especialmente da adolescência, pode estar relacionada à vulnerabilidade social, bem como pode eclodir de uma socialização sexista e de um processo de ensino-aprendizagem familiar transgeracional. O objetivo deste estudo foi identificar variáveis que podem influenciar a mulher quanto ao desejo de tornar-se mãe e optar por engravidar. Assim, foi feito um levantamento bibliográfico e analisados artigos das bases de dados Lilacs, PePSIC, BVS e SciELO no período de 2006 a 2016, a partir de descritores previamente estabelecidos. Os artigos relevantes ao tema foram incluídos totalizando 23 estudos, estes subdivididos em categorias, que são: *Construção do ideal de maternidade como processo natural*; *A maternidade sob o viés da sociedade e da cultura*; *Gravidez e maternidade como imposição social*; *Maternidade: realização versus vulnerabilidade*; e *O desejo por ser mãe*. Foi possível identificar algumas variáveis que perpassam uma gravidez e o desejo da mulher pela maternidade, entre as quais aspectos ambientais e culturais, bem como aspectos subjetivos, porém esses pouco articulados nos resultados obtidos.

Palavras-chave: Maternidade. Gravidez. Escolha.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
1.1 PERSPECTIVA HISTÓRICA DA MATERNIDADE	9
1.2 PERCEPÇÃO DA MATERNIDADE NA ATUALIDADE	10
1.3 ENTRE O GESTAR E O SER MÃE.....	12
1.4 CONSTRUÇÃO DO PAPEL MATERNO	14
2. OBJETIVOS.....	17
2.1 OBJETIVO GERAL.....	17
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	17
3. METODOLOGIA	18
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	20
4.1 CONSTRUÇÃO DO IDEAL DE MATERNIDADE COMO PROCESSO NATURAL	20
4.2 A MATERNIDADE SOB O VIÉS DA SOCIEDADE E DA CULTURA	22
4.3 GRAVIDEZ E MATERNIDADE COMO IMPOSIÇÃO SOCIAL	24
4.4 MATERNIDADE: REALIZAÇÃO VERSUS VULNERABILIDADE	27
4.5 O DESEJO POR SER MÃE.....	31
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS.....	35
APÊNDICE A	41

1. INTRODUÇÃO

1.1 PERSPECTIVA HISTÓRICA DA MATERNIDADE

A atribuição da maternidade como inerente às mulheres não é algo recente. Dado seu aparato biológico e capacidade para gestar e procriar fez-se, ao longo da história, com que a toda mulher coubesse naturalmente tornar-se mãe. Essa função social destinada às mulheres está tão intrínseca a nossa cultura que torna árduo o exercício de repensar o lugar da mulher na sociedade (GAILLE, 2008).

No domínio da construção histórica sobre o feminino, de acordo com Santos e Santiago (2012) e Almeida (2010) o discurso filosófico foi precursor ao transformar a mulher, através do olhar masculino, em objeto. As mulheres eram consideradas “criaturas irracionais, sem pensar próprio, pouco criativas, sem espírito estético, dependentes do seu corpo” (SANTOS; SANTIAGO, 2012, p. 45), o que justificava, segundo os escritos dos filósofos gregos, uma necessidade de subordinação.

Essa fala filosófica, baseada em estudos sobre a origem dos homens e sobre a diferença sexual, estruturou teorias acerca do corpo feminino, delimitando para as mulheres o cerne reprodutivo, discurso esse que coadunado ao da medicina reforçou o caráter natural da identidade feminina até a modernidade.

(...) a problemática da dominação masculina e da hierarquização sexual dificilmente pode ser perspectivada sem que consideremos o modo como as características biológicas femininas - neste caso, a capacidade de dar à luz - são mostradas enquanto essência da feminilidade e justificam, à partida, as construções sociais dos papéis de gênero. De fato, os traços anatômicos, corporais, contribuem para uma visão dicotômica dos dois sexos e facilitam a naturalização das distinções ao nível das tarefas e das posições sociais relativas de homens e mulheres. (TEDESCHI, 2012, p. 71).

O raciocínio médico-científico durante o Período Clássico tomou o masculino como modelo principal, inferiorizando o feminino e explicando sua subordinação no próprio corpo da mulher, usando como fundamento a puberdade, a gravidez e a menopausa para estabelecer papéis sociais (ROHDEN, 2001; RAGO, 2002; FARIAS, 2007). Segundo Rohden (2001) e Martins (2004), a formulação de tratados médicos sobre doenças femininas reforçou a ideia do corpo feminino como instável dado seu aparato biológico, sobre o qual é imprescindível que se exerça um controle. Essa ideia se manteve como verdade na Europa até o século

XVIII. Assim, percebe-se que o discurso masculino sobre o corpo feminino deu origem a mitos significativos para o rebaixamento da mulher e justificou a popularmente conhecida fragilidade feminina. (SANTOS; SANTIAGO, 2012 e RIBEIRO, 2011).

Sobre essa tipificação de gênero, o Cristianismo teve seu papel, representando o universo feminino através de dois modelos, simbolizados por Maria e Eva, a primeira contraposta à segunda. De acordo com essa doutrina religiosa, todas as mulheres são identificadas como Eva, “pecadoras por natureza” (SANTOS; SANTIAGO, 2012, p. 69). Maria, por sua vez, é tomada como perfeição inatingível e se liga a Eva uma vez que redime seu Pecado Original. É em Maria que tanto a procriação quanto a maternidade assumem um significado, inscrevendo sob esse olhar o papel da mulher no lar e na sociedade (SANTOS; SANTIAGO, 2012 e RIBEIRO, 2000).

Desempenhar a função materna é, portanto, uma das características construídas pela moral cristã e atribuída ao feminino, que nega outras possibilidades à mulher. Tanto a prática da maternidade quanto a domesticidade foram historicamente denominadas como coerentes com a essência das mulheres (MARTINS, 2004), de tal forma que a construção de normas, consolidadas pelo Direito Romano também vislumbrou a mulher como apta à maternidade, remetendo-a para o domínio privado (SANTOS; SANTIAGO, 2012). Em face disso, a maternidade e o casamento se fortaleceram enquanto modelo social, povoando o imaginário feminino e fazendo com que as mulheres passassem a buscá-los como espaço de refúgio.

A partir disso, é possível compreender a necessidade de uma reflexão sobre o modo como a mulher se percebe e é percebida, enquanto resultado de uma história onde os argumentos tradicionais mantêm influência capital para a mulher da sociedade contemporânea (TSEËLON¹, 1995 apud RIBEIRO, 2000).

1.2 PERCEPÇÃO DA MATERNIDADE NA ATUALIDADE

Atualmente, as experiências femininas vigoram relativamente submetidas aos antigos valores sociais, embora haja cada vez mais espaço para a multiplicidade de suas ações e se note certa concordância literária de que apenas a gestação e o parto são definidos pelo aparato biológico feminino, à medida que o papel materno é considerado resultado de um aprendizado social arcaico (BARBOSA; ROCHA-COUTINHO, 2007).

O desejo de ter filhos e a escolha por tornar-se mãe pode ter múltiplas influências e

¹ TSEËLON, E. *The Masque of Fertility*, London: Sage. 1995.

representações para as mulheres. A maternidade, entre tantas circunstâncias, pode ser planejada, organizada e a materialização de inúmeras expectativas, como também excedente aos planos de uma mulher, visto que há mulheres engajadas em ascender profissionalmente que optam pela não maternidade ou por postergá-la (BELTRAME; DONELLI, 2012).

Segundo Barbosa e Rocha-Coutinho, apoiados em um estudo exploratório que visava entender como as mulheres encaram a maternidade, “as mulheres das camadas médias e altas vêm conseguindo uma inserção social cada vez maior e, aos poucos, vêm alcançando uma situação de relativa igualdade com os homens, pelo menos no espaço público.” (2007, p. 164). Todavia, a alteração de alguns valores sociais dominantes não foi suficiente para que a mulher na cultura ocidental deixasse de ser vista através de sua natureza biológica, que engendra sua capacidade de gerar e parir, mantendo culturalmente um discurso baseado na noção de instinto materno (BADINTER, 1985).

O que tem se visto, em contrapartida, é um considerável número de mulheres com instrução superior, segundo Badinter (1985), que descobrem e se realizam em outras áreas que não dentro do lar, contrapondo a regra social de que todas as mulheres sacrificariam suas ambições e desejos em prol do bem-estar de um filho. Para mais, o que se percebe atualmente é que ser mãe não exclui ter uma carreira profissional ou vice-versa. De acordo com Barbosa e Rocha-Coutinho (2007), cabe à mulher encontrar os melhores e mais congruentes meios para fazer com que a conciliação dessas duas esferas, ou mesmo a opção por uma delas, se dê da forma menos conflitante, tanto interna como externamente.

Rumo ao rompimento dos paradigmas preestabelecidos historicamente sobre o ser mãe, a escolha pela maternidade na contemporaneidade, para uma parcela da população, tem sido revisitada como opção de vida que envolve múltiplos fatores, deixando de ser vista, majoritariamente, como consequência inevitável de uma união estável. O tornar-se mãe tem se vinculado cada vez mais a questões como: encontrar o parceiro “certo”, investir em uma profissão e conquistar estabilidade nos diversos âmbitos da vida (BARBOSA; ROCHA-COUTINHO, 2007).

O planejamento reprodutivo voluntário também foi um dos grandes avanços alcançados no que diz respeito à saúde pública em nosso país, ao permitir que as mulheres tomem decisões baseadas em informações reais sobre querer ou não ter filhos e em que tempo, culminando na redução de mortalidade materna e infantil, e diminuição do número de gestações não planejadas e abortos inseguros. Porém, o que se nota a partir da bibliografia examinada é que essa possibilidade de planejamento esclarecido não atingiu grande parte da população (ALMEIDA, 2016; FINOTTI, 2010). Do total de nascimentos constatados nos

últimos cinco anos, pouco menos da metade foram planejados (ALMEIDA, 2016).

A gravidez não planejada, especialmente da adolescência, está relacionada à desigualdade e vulnerabilidade social, infere Almeida (2016) em artigo divulgado pela Organização das Nações Unidas. A autora acresce ainda que a falta de acesso a bens de serviço que permitam a mulher exercer seus direitos sexuais e reprodutivos, constitui uma das causas para a gestação não planejada.

Por outro lado, não se pode excluir o fato de que, os papéis sexuais tradicionais também ditam o quanto as mulheres devem primar pela maternidade, expressando um estigma de tristeza, incompletude e inferioridade que a mulher infértil ou a que escolhe a não ser mãe pode carregar consigo (TRINDADE; ENUMO, 2002), embora, a feminilidade de um ponto de vista mais atual possa ou não incluir a maternidade (BARBOSA; ROCHA-COUTINHO, 2007).

1.3 ENTRE O GESTAR E O SER MÃE

Na extensão dos aspectos relativos aos papéis sociais mencionados, nota-se uma distinção do que seria o gestar e o ser mãe. A gravidez e a maternidade aparecem na literatura visitada como realidades distintas, a partir de várias perspectivas, que por vezes são confundidas ou relacionadas de alguma maneira (MOTA, 2011). Como exemplo disso, Canavarro (2006) e Mota (2011) dizem que a gravidez vai além da concepção, assim como a maternidade supera o momento do parto. Segundo os autores a gravidez e a maternidade são processos distintos entre os prismas psicológico, dinâmico, de construção e desenvolvimento.

A gravidez se relaciona a um processo que se dá dentro de um período, interligando concepção e parto, já a maternidade pode ser considerada um projeto de longo prazo, que vai além do nascimento de um filho para toda uma vida de cuidados dedicada a ele (CARNAVARRO, 2006). Piccinini et al. (2008) introduz que o próprio voltar-se para o feto na gestação faz com que a mulher já possa ser considerada mãe e não futura mãe, uma vez percebida a ligação afetuosa entre ela e feto, e um espaço psíquico dela dedicado a ele nesta fase. Vários autores compreendem a gestação como uma etapa de preparação para a maternidade e que a relação entre pais e filhos se inicia na vida intrauterina, delineando os papéis de pai e mãe.

Para Beschoren (2005), o processo que constitui a maternidade pode se iniciar em um período anterior ao da concepção, através de relações e identificações iniciais da vida da

mulher, passando pela infância e adolescência, sendo então ressignificada, até chegar à concretude da gravidez. A maternidade se firma dentro da dinâmica social influenciada por padrões culturais, representações sociais, crenças e valores historicamente constituídos (MOTA, 2011).

Superando um genuíno desejo de engravidar, de acordo com Leal² (1990, apud MOTA, 2011), a maternidade intenta que se queira e se assuma ser mãe. Tal função se liga tanto a própria história de vida da gestante, quanto ao modo como se cria um filho, e não se reduz ao parto. É importante destacar que os aspectos psicológicos, tais quais os físicos, configuram um processo de preparação da mulher para a maternidade. Uma boa mãe deve se preparar em ambos os sentidos para exercer a função materna, tendo em vista que isso proporciona uma mudança drástica em sua vida (BESCHOREN, 2005).

Neste sentido, as mudanças resultantes de uma gestação não são exclusivamente de ordem biológica, já que perpassam o ângulo psicológico e social na vida da mulher, influenciando sua dinâmica psíquica individual e relacional (PICCININI et al., 2008). Tais transformações são necessárias à medida que interferem na constituição do espaço psíquico do feto e da própria maternidade. “Ser mãe é uma aprendizagem, enquanto a mulher está esperando o filho ela vai se preparando para a chegada da criança” (BESCHOREN, 2005, p. 43). Entretanto, essas mudanças e adaptações da mulher, durante o processo gestacional, exigem maior ponderação, considerando o que diz Canavarro (2006) ao expor que a gravidez não garante, necessariamente, a conseqüente realização adaptativa das tarefas maternas.

Por conseguinte, mesmo sendo possível pensar nas similaridades entre os sentimentos despertados pelas gestações nas mulheres, os escritos em psicologia a respeito da maternidade indicam que para cada uma delas essa etapa tem seu significado e precisa ser considerado em amplitude, dentro de um contexto específico (STERN³, 1997; STERN; STERN-B.; FREELAND⁴, 1999; LEOVICI⁵, 1987; AULAGNIER⁶, 1990/1994a apud GIANLUPI, 2003). Referente a esta singularidade atribuída a cada gestação, pode-se incluir também o tornar-se mãe através de processos não biológicos, como é a adoção, que segundo Maux e

² LEAL, I. “Nota de Abertura de Psicologia da Gravidez e da Maternidade”. In: **Análise Psicológica**, 4 (VIII), 1990, p. 365-366.

³ STERN, D. **A constelação da maternidade: o panorama da psicoterapia pais/ bebê**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1997.

⁴ STERN, D.; STERN-B, N.; FREELAND, A. *El Nacimiento de una madre*. España: Paidós. 1999.

⁵ LEOVICI, S. **A mãe, o bebê e o psicanalista**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1987.

⁶ AULAGNIER, P. *Nacimiento de un cuerpo, inicio de una historia*. In: HORSTEIN, L. (Org.). **Cuerpo, historia, interacción. Piera Aulagnier**: de lo originário al proyecto identificatorio. Buenos Aires: Paidós. 1994. P. 117-170.

AULAGNIER, P. *Dialogo com Piera Aulagnier*. In: HORSTEIN (Org.). **Cuerpo, historia, interacción. Piera Aulagnier**: de lo originário al proyecto identificatorio. Buenos Aires: Paidós. 1994a. P. 360-379.

Dutra (2009), pode ser pensada como alternativa para realizar o desejo de uma mulher em exercer a maternidade.

1.4 CONSTRUÇÃO DO PAPEL MATERNO

A maternidade envolve diferentes aspectos e acontece em contextos específicos, levando em conta influências internas e externas a mulher. A opção por tornar-se mãe pode se dar de inúmeras e subjetivas formas, e em diferentes etapas da vida, que implicam em representações discrepantes do ser mãe (CARGNELUTTI; HAMPEL; ALCANTARA, 2008).

Há em nossa sociedade um modelo cultural estabelecido que designa às mulheres o dom inato para a maternidade, como se todas elas possuíssem características definidas como indispensáveis a uma mãe adequada, como afetividade, sensibilidade e amor (SANTOS; SANTIAGO, 2012), e não são poucas as pessoas que aceitam e naturalizam esse modelo.

Autores como Secoli e Santin (2000) inferem que as identidades da mulher e da maternidade se confundem constantemente, visto que a segunda tem grande influência sobre nossa identidade individual e social que independe de exercermos ou não a função de mãe. Conforme Slywitch⁷ (1988 apud REIS; MAIA, 2009, p. 139), essa associação entre identidade feminina e exercício da maternidade foi construída socialmente, através da transmissão cultural entre as gerações.

Os estereótipos sexuais, construídos a partir de uma cultura, concebem padrões do masculino e feminino, entre outros meios, através de processos educacionais. A educação é fundamental na aquisição de comportamentos e regras de uma cultura. Para Whitaker⁸ (1995 apud REIS; MAIA, 2009) “as crianças são educadas por meio de estímulos oferecidos pelos adultos que suscitam comportamentos diferentes, dependendo do gênero ao qual pertençam.” (p. 141). Deste modo, ao passar de uma geração para outra, durante o processo de formação e desenvolvimento da criança, a ideia de maternidade como algo naturalmente esperado para as mulheres pode se reproduzir progressivamente.

Souza (2006) formula que a sociedade é responsável por reforçar um processo de educação baseado na discriminação entre os sexos e gêneros que naturaliza algumas concepções. Família, religião, escola e meios de comunicação são corresponsáveis por tal

⁷ SLYWITCH, M. V. **Sociabilidade. Desenvolvimento psicossocial da criança**: abordagem pediátrica e psicológica. São Paulo: Sarvier, 1988. p.70-4.

⁸ WHITAKER, D. C. A. Menino – Menina: sexo ou gênero? In: SERBINO, R. V.; GRANDE, M. A. R. L. (Orgs.). **A escola e seus alunos: o problema da diversidade cultural**. São Paulo: Unesp, p.31-52, 1995.

naturalização ao determinar ações e conceitos como verdades inquestionáveis, reproduzindo, assim, esses estereótipos.

(...) o processo de socialização é coercitivo, pois estimula a absorção de comportamentos que estão de acordo com as normas e valores do meio, variando de uma cultura para outra, servindo-se de comportamentos de aprovação e desaprovação por parte dos pais e da sociedade de modo geral para estabelecer os comportamentos socialmente desejados e eliminar os indesejados. (REIS; MAIA, 2009, p. 139).

Deste modo, o gênero delimita uma série de expectativas de cunho social e cultural (REIS; MAIA, 2009), capazes de gerar impacto na decisão de uma mulher sobre o ter ou não filhos. À família, enquanto unidade básica da sociedade é atribuída importante papel na constituição de gênero, ela funciona como sede da identidade e desenvolvimento psicossocial do indivíduo, incumbida de transmitir valores e fazer acomodações de seus integrantes, através de processos educativos, à cultura que os cerca (MINUCHIN, 1982).

O que se pode afirmar, então, a partir da literatura consultada, é que a educação sexual que as crianças têm recebido há anos se baseia quase que puramente nas diferenças sexuais existentes entre meninos e meninas, considerando-se mais aspectos biológicos do que o ser humano em sua complexa totalidade. É tendo esse tipo de aprendizagem que elas acabam por internalizar as expectativas sociais que vão tentando satisfazer ao longo de suas vidas (REIS; MAIA, 2009).

Sobre as crenças sociais atribuídas às crianças com relação a gênero, nota-se que:

Durante a gravidez, as expectativas do que é ser menina e menino já existem e são manifestadas. Após o nascimento, essas expectativas vão se configurando em uma educação baseada nas diferenças e desigualdades. As crianças são educadas para desempenhar papéis em conformidade com gênero ao qual pertencem, identificando e reproduzindo as diferenças sociais entre o feminino e o masculino (...) (ALENCAR⁹, 1982; ALVES; SOARES¹⁰, 2001; MAIA¹¹, 2005; MAIA; MAIA¹², 2009; SOUZA¹³, 2006 apud REIS; MAIA, 2009, p. 140).

Segundo os autores acima (2009), nessa socialização sexista, meninas são mais

⁹ ALENCAR, E. M. L. S. **A criança na família e na sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1982.

¹⁰ ALVES, F. E.; SOARES, V. S. Meninos e meninas: universos diferenciados na família e na escola. In: FAGUNDES, T. C. P. C. F. (Org.). **Ensaio sobre gênero e educação**. Salvador: UFBA, 2001, p.115-128.

¹¹ MAIA, A. C. B. Identidade e papéis sexuais: uma discussão sobre gênero na escola. In: MAIA, A. C. B.; MAIA, A. F. (Orgs.). **Sexualidade e Infância. Cadernos Cecemca n.1**. Bauru, Faculdade de Ciências: Cecemca; Brasília: MEC/SEF, 2005. (p.66-82).

¹² MAIA, A. C. B.; MAIA, A. F. Educação para as questões de gênero e diversidade sexual. In: MORAES, M. S. S.; MARANHE, E. A. (Orgs.). **Educação na Diversidade e Cidadania**, v.4. Bauru: Unesp; Brasília: MEC/Secad, 2009.

¹³ SOUZA, F. C. **Meninos e meninas na escola: um encontro possível?** Porto Alegre: Zouk, 2006.

estimuladas com atividades lúdicas em espaços limitados, transformando práticas socialmente ditadas como femininas em brincadeiras, como cozinhar, limpar e cuidar. Percebe-se que desde muito jovem a mulher é preparada de forma sutil para desempenhar papéis que a mantenham na função maternal, que lhe é atribuída como instintiva e está ligada a educação baseada em fatores orgânicos. De acordo com Secoli e Santin (2000), a ideia de instinto materno se forma culturalmente e não necessariamente representa um desejo não racionalizado da mulher para tornar-se mãe e/ ou amar os filhos.

É na mulher que acaba por se concentrar o núcleo familiar e através da maternidade, imposta em certa medida lhe é concedida, por algumas crenças religiosas, uma santidade (RODRIGUES, 2012) e nesse sentido Valerio (2005) entende a participação feminina como enriquecedora para a cultura teológica cristã, através de sua subjetividade crítica bem como especificação de gênero como forma de romper com tradições descritas por ela, através da transmissão de uma leitura emancipatória e mais igualitária das Sagradas Escrituras.

Assim, em diferentes linhas de estudo, os autores aqui retratados, elencam variáveis que perpassam, ao longo da história da humanidade, a construção do papel materno em nossa sociedade. O que se nota é que fatores como cultura, educação – formal e informal -, família e seus modelos revividos através de suas gerações, bem como a religião, interferem diretamente na decisão de uma mulher por tornar-se mãe em algum momento de sua vida, superando uma ideia pré-concebida de maternidade puramente instintiva, naturalizada em nosso corpo social.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Identificar variáveis que podem influenciar a mulher quanto ao desejo de tornar-se mãe e a escolha por engravidar.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Identificar fatores ambientais, ou seja, influências externas que podem influenciar a mulher em seu desejo pela maternidade;

Identificar fatores subjetivos, ou seja, individuais que podem influenciar a mulher em seu desejo pela maternidade;

Caracterizar fatores associados à gravidez na adolescência;

Caracterizar fatores desencadeantes de uma gravidez não planejada.

3. METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica sistemática de publicações divulgadas nas bases de dados e sistemas de busca eletrônicos BVS, Lilacs, PePSIC e SciELO.

O Portal Regional da BVS oferece acesso às fontes de informação em saúde na América Latina e Caribe, bem como a base de dados Lilacs, que disponibiliza um acervo de contexto latino americano. O portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC) trata-se de uma fonte da Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia da União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (BVS-Psi ULAPSI) e a Scientific Electronic Library Online (SciELO) apresenta uma coleção selecionada de periódicos brasileiros, todos eles aproximando-se, portanto, da realidade em que se dá a presente pesquisa.

Dentre essas bases de dados, foram analisados os artigos que se enquadraram nos seguintes critérios de inclusão:

- a) Estar disponível na íntegra e gratuitamente;
- b) Ter data de publicação dentro do período de 2006 a 2016;
- c) Possuir versão em português.

Foram utilizados como descritores os termos Representação, Maternidade, Psicologia, Desejo, Percepção, Social, Gravidez, Motivação, Mulher e Comportamento de Escolha, em diferentes combinações (Quadro 1), o que resultou em 723 artigos localizados. Deste total, 23 artigos foram considerados relevantes ao tema de interesse e então integrados ao estudo, conforme Tabela 1.

Foram excluídas teses de mestrado e doutorado, artigos não disponíveis na íntegra ou que não tinham versão traduzida disponibilizada pela própria base de dados consultada.

Quadro 1 - Palavras-chave para busca com resultados na base de dados BVS, Lilacs, PePSIC e SciELO

(continua)

Base de dados	Combinações das Palavras-chave
BVS	Representação; Maternidade; Psicologia
	Desejo; Maternidade; Psicologia
	Percepção; Maternidade
	Representação; Social; Gravidez
	Motivação; Maternidade
	Mulher; Comportamento de escolha; Maternidade
Lilacs	Representação; Maternidade

(conclusão)

Base de dados	Combinações das Palavras-chave
Lilacs	Desejo; Maternidade; Psicologia
	Percepção; Maternidade
	Representação; Gravidez
	Mulher; Desejo; Maternidade
PePSIC	Representação; Maternidade; Psicologia
	Motivação; Maternidade
SciELO	Desejo; Maternidade; Psicologia

Tabela 1 - Número de artigos encontrados nas bases de dados BVS, Lilacs, PePSIC e SciELO

Base de dados	Número de Referências Encontradas	Número de Referências utilizadas	Ano de Publicação
BVS	153	8	2008 – 2014
Lilacs	402	12	2007 – 2014
PePSIC	33	2	2006 – 2012
SciELO	135	1	2014
Total	723	23	2006 – 2014

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da leitura dos artigos selecionados para este estudo, surgiram algumas categorias com base no agrupamento de conteúdos similares trazidos pelos autores. Assim, segue os eixos temáticos emergentes:

4.1 CONSTRUÇÃO DO IDEAL DE MATERNIDADE COMO PROCESSO NATURAL

Para esta categoria, dos 23 artigos selecionados, 15 apresentam em seus resultados aspectos relevantes e pertinentes ao tema abordado (vide APÊNDICE A). Os respectivos autores expressam em seus escritos elementos relacionados à naturalização da maternidade e seu histórico, bem como à forma como tal é transmitida através das gerações em uma cultura, à percepção de maternidade como finalidade única da mulher, à associação cristalizada da identidade feminina com o ser mãe e à concepção de maternidade enquanto inata a qualquer mulher.

Os resultados desta revisão revelam que ao longo da história da humanidade, foram delegados às mulheres diferentes papéis sociais até que se chegasse à construção contemporânea do que é “ser mulher” e a fundamentação da maternidade como ideal máximo de uma mulher (LEITE; FROTA, 2014). De acordo com Rocha et al. (2012, p. 81), “Após o surgimento da obstetrícia nas especialidades médicas no século XVIII, a mulher passou a ser observada a partir de sua anatomia como destinada à maternidade”, o que pode dar subsídios ao que propõe Lins (2014) quando diz que a mulher associa a busca de uma identificação feminina do ser mulher através da maternidade.

Também através de histórias e modelos, transmitidos de uma geração para outra, numa perspectiva sistêmica (OLIVEIRA, 2008), temos hoje, embora com menos força que no início do século XX devido aos movimentos feministas atuais, uma ideia de mulher que nasceu para ser mãe, que com seu aparato biológico tem como destino único a maternidade e que só através desse processo do tornar-se mãe poderá exercer sua feminilidade, ser verdadeiramente mulher e ainda alcançar graça divina predestinada a ela. É o que também sugere Leite e Frota (2014) ao salientar que por meio da maternidade a mulher realiza seu destino fisiológico e sua vocação natural, percepção que, em certo nível, afasta das mulheres outras possibilidades, como se a ela não coubesse outra escolha, limitando-a ao cerne doméstico.

Gaille (2009), em seu artigo intitulado “A mulher é mãe por natureza?”, exemplifica a

questão da naturalização da maternidade a todas as mulheres e infere um aspecto advindo da cultura africana segundo o qual a mulher só pode ser considerada como tal quando procriar. O que se vê, portanto, é que a maternidade comumente se confunde com a capacidade da mulher em gerar e amamentar e assim a ela é pressuposta como inata (GUEDES et al., 2012). Contudo, deixa de ser considerado o fato de que a maternidade não se limita ao processo biológico que é a gravidez e que estar pronta para reproduzir não significa estar pronta para ser mãe (KÖNIG; FONSECA; GOMES, 2008).

Ser mãe requer habilidades sociais e emocionais da mulher que não são naturalmente disponíveis a elas e que superam uma aptidão biologicamente determinada para gestar e parir. Adolescentes são exemplo de que, passando pela puberdade, são capazes de se reproduzir, embora ainda imaturas para as responsabilidades que a maternidade exige. Os cuidados para com um filho não deveriam substituir os cuidados de alguém para consigo mesmo. Deste modo, para que uma gravidez não planejada ou precoce não ocorra, é importante que se fale sobre contracepção e que ela seja oportunizada equitativamente para todos. Além disso, romper com o discurso que associa de forma indiscriminada a maternidade às mulheres pode torná-las mais críticas e, conseqüentemente, com mais oportunidades para fazer escolhas.

Barbosa e Rocha-Coutinho (2012), Nunes (2011), e Nogueira e Nascimento (2014), entre outros, também refletem acerca dessa associação de uma suposta natureza e identidade feminina à maternidade e sua relevância no processo de construção das mulheres, enquanto Nepomuceno (2012), por outro lado, expressa nos resultados de sua pesquisa o fato de que para algumas delas a maternidade não é a única forma pela qual a mulher se realiza, apesar de ser considerada primordial na vida das mulheres e na formação da identidade feminina.

Em outro vértice sobre a naturalização, Santos e Junior (2010) tratam de uma nomeada “pretensão natural de homens e mulheres” (p. 303) em ter filhos, ambas usadas como explicação para as tentativas de engravidar e/ ou vir a ser mãe, porém sem muita reflexão e discernimento aparente. Rocha et al. (2012), em seu trabalho, apresenta o conceito de “mulher-útero” (p. 87), e discute também o imaginário social e cultural de que a alegria do casal está no filho e que a mulher não pode ser feliz sem ter filhos.

Atualmente é mais expressivo o número de mulheres que optam por ter menos filhos ou até por não tê-los, mas isso não é impeditivo para que essa preferência seja criticada. O que se nota por trás da ideia de filho como fonte única de felicidade do casal ou da mulher, relatada pelos autores em questão, é uma visão distorcida do que é ser mulher, uma vez que é limitadora. Num movimento mais liberal, a mulher deveria ser o que ela deseja e não ser discriminada pelas escolhas que faz, podendo se realizar em outros âmbitos de sua vida, que

lhe tenha mais importância.

Com isso, pode-se refletir sobre quão cristalizadas são as normas sociais que nos circundam e a importância de romper ou, minimamente, ponderar sobre elas, a fim de promover a liberdade de escolha à mulher e fortalecer a luta pela igualdade de gênero. É necessário auxiliar a descoberta de outros prazeres ou até mesmo o de vir a ser mãe, porém sem que isso lhe seja determinado com força centrípeta. Questionar os padrões estabelecidos historicamente faz com que lhe seja atribuído algum valor ou retirado um significado não mais pertinente, desenvolvendo competências para reflexão, ao invés de reforçar simplesmente algum imaginário cultural.

4.2 A MATERNIDADE SOB O VIÉS DA SOCIEDADE E DA CULTURA

Esta categoria reflete os resultados encontrados em 9 dos 23 artigos utilizados neste estudo (vide APÊNDICE A), abarcando sociedade, religião e família como alguns dos principais responsáveis por inculcar um desejo pela gravidez e maternidade nas mulheres.

O trabalho de Nogueira e Nascimento (2014), por exemplo, aborda a naturalização da maternidade sob o viés de um processo de construção social iniciado na infância, por meio de elaborações lúdicas, nas quais homens e mulheres aprendem a desempenhar papéis e internalizam referências de gênero. O fato da possibilidade de uma gestação biologicamente ser característica da mulher, justifica o discurso da maternidade como traço absoluto desta. (LEITE; FROTA, 2014).

Martins (2010), também destaca através de seu trabalho, contextualizado em Portugal, que existe um número considerável de mulheres que indicam possuir condições para “serem influenciadas cotidianamente por saberes tradicionais, uma vez que vivem com familiares próximos, nomeadamente, com os pais ou com os sogros.” (p. 1372). Nesse sentido, Smeha e Calvano (2009), bem como Gaille (2009) constataram que o modelo de mãe com o qual a mulher se relaciona ao longo de sua vida será primordial para sua decisão em tornar-se mãe ou não, modelo já atrelado a ideia de maternidade como principal ofício feminino, a partir de uma construção social.

É preponderante o fato de que os seres humanos são seres sociais que recebem interferência do meio em que vivem e, deste modo, são influenciados o tempo todo desde o seu nascimento. É compreensível, então, a dificuldade na ruptura das tradições familiares transgeracionais, visto que isto pode significar, em alguns casos, ir contra seu próprio núcleo

familiar, deixando as mulheres passivas a essas tradições. Para Rangel e Queiroz (2008) existe uma ideia culturalmente estabelecida de que a gravidez integra o caminho “natural” da mulher, ideia que só terá uma chance de ser anulada, portanto, com um processo de socialização mais crítico.

A maternidade pode ainda ser tomada enquanto função feminina responsável por trazer prestígio social às mulheres, tais quais os cuidados do lar executados por elas (LEITE; FROTA, 2014), o que pode fundamentar o desejo de uma mulher por querer ser mãe. O estudo de König, Fonseca e Gomes (2008), com adolescentes primíparas, salienta a percepção que elas têm da maternidade como algo natural e vinculada a aspectos positivos. Nesse sentido, Oliveira (2008) aponta a família como fonte de referência para as adolescentes, podendo influenciá-las na decisão de ter um filho ou simplesmente favorecendo para que elas não se previnam de uma gravidez indesejada como deveriam, visto que, caso a gravidez venha realmente a acontecer, estaria dentro do que se espera do padrão feminino instituído em nossa sociedade (GUEDES et al., 2012). Observa-se assim, que a representação social tem sua importância à medida que a forma como a mulher percebe o mundo a sua volta tem interferência direta em suas ações.

Outro fator encontrado como relevante na literatura quanto às influências que exerce sobre as mulheres no processo de tomada de decisão acerca da maternidade, é a religião. Pitolin et al. (2013) apresenta a realidade de mulheres que acabam engravidando devido a religião a qual segue, que “condena” o uso de métodos contraceptivos, se colocando contra a autonomia da mulher e seu poder de escolha. Barreto et al. (2011), a partir de seus estudos, refere em seu artigo que a crença religiosa faz ainda com que jovens aceitem melhor uma gravidez não planejada.

Há religiões que empregam em seus dogmas a ideia de que as mulheres nasceram para serem mães, logo, se Deus a fez para procriar, não seguir este destino implica em viver em pecado, o que pode ser danoso para alguns fieis, segundo suas crenças (ROCHA et al., 2012). Considerando a repercussão que as ideias podem ter sobre as ações de uma pessoa, essa crença pode ser uma das responsáveis por garantir que as mulheres desejem engravidar. De acordo com o que percebe Gaille (2009), cabe à mulher “perpetuar a linhagem” (p. 22). Sobre isso, Leite e Frota (2014) também apresentam dados acerca da religião como estímulo para o desejo de ter filhos.

Rangel e Queiroz (2008) reforçam em seu estudo um aspecto do tornar-se mãe relacionado a religiosidade, segundo o qual a atividade sexual feminina deve se destinar apenas às funções sociais do casamento e maternidade. Deste modo, as mulheres podem

apreender que o prazer pela relação sexual só virá se acompanhado da responsabilidade da maternidade, além de ter representada para si a gravidez como ícone sagrado. Em consonância a isso, Martins (2011) apresenta em seu trabalho o resultado de uma pesquisa, através da qual verificou a correlação entre religiosidade e maior índice de mulheres grávidas em uma região.

Os artigos revisados apontam para essas percepções de mulheres que, passivas a essas ideias supracitadas, acabam por ser afetadas ao longo de seu desenvolvimento, vindo a engravidar ou desejar a gravidez, não necessariamente por uma vontade genuína e utópica, mas como resposta a essa naturalização da mulher como mãe. Pitilin et al. (2013), traz em sua pesquisa uma concepção de que as mulheres, em meio a esse contexto elucidado, não optam pela maternidade, mas a aceitam. Se torna, a partir disso, incongruente não considerar cada um dos fatores elucidados como potencialmente capazes de influenciar uma mulher na decisão por ser mãe.

4.3 GRAVIDEZ E MATERNIDADE COMO IMPOSIÇÃO SOCIAL

Nesta categoria, vê-se, através de 13 dos 23 artigos que foram escolhidos (vide APÊNDICE A), a perspectiva de maternidade enquanto imposição social, ainda que não totalmente revelada. Ela inclui reflexões sobre o ser mãe enquanto responsável por, em alguns momentos, vitimizar a mulher, seja por uma diferenciação dos gêneros, diminuindo o feminino, ou por expectativas sociais que lhe cobram o exercício dessa função parental.

Estudando os artigos selecionados, é possível constatar que também a mulher, para além de um desejo de ser mãe, construído sob um viés histórico, social e cultural, responde através da maternidade a uma “pressão”, nem sempre explícita, mas presente nas expectativas sociais, dos familiares e amigos da mulher, nas ideias construídas e disseminadas em uma determinada cultura, em uma hierarquia de gênero (PITILIN, 2013) não superada e no preconceito para aquelas que optam (ou optariam) por não serem mães. É neste sentido que empoderar mulheres, investindo nelas autonomia, autoridade e afirmação, se torna importante, já que pode lhes possibilitar liberdade – que já deveria lhes ser garantida.

Gaille (2009) exprime, com base no seu estudo, uma concepção de “tirania da reprodução” que constrói uma imagem da mulher passiva frente ao processo histórico da sociedade em que vive e que, em algum momento, pode se sentir impelida a tomar decisões.

Ainda segundo seus escritos, a mulher é posta de forma generalista numa posição de mais bem preparada para cuidar de um recém-nascido que o homem, emitindo uma opinião

parte de um discurso diferencialista que dimensiona uma dominação masculina ao abrandar ou até isentar o homem da responsabilidade que lhe cabe na função parental, quando, na verdade, é imprescindível que ele aprenda sobre suas essas responsabilidades e que tenha um olhar para a mulher com direitos e deveres similares aos seus.

Em conformidade ao que diz Gaille, Nepomuceno (2012) depreende que existe em nosso meio uma “falsa ideia de que as mulheres coordenam o processo reprodutivo” (p. 69), quando, na verdade, segundo ele, em sua trajetória, a mulher tenta corresponder ao que socialmente se espera dela. Ele também revela noções concebidas por mulheres sobre essa pressão que podem sentir justificada por seu próprio aparato biológico que, de algum modo, denota um dever em ser mãe, e pelo fato da chamada “essência feminina” ser culturalmente reconhecida e reforçada por essa capacidade reprodutiva da mulher.

Não se pode desconsiderar, mediante ao que foi anteriormente mencionado, que ao reduzir a feminilidade à maternidade se nega oportunidades às mulheres, de serem diferentes de suas predecessoras, com as quais não se identificam. Barbosa (2012) também traz à tona a questão da ideologia patriarcal que permeia nossa sociedade, da qual a mulher também sente coerção no que diz respeito ao tornar-se mãe, embora já se veja uma transição da concepção de papel materno como definidor da identidade feminina para a maternidade enquanto opção pessoal da mulher.

Santos e Junior (2010), sob outra perspectiva, expõe a escolha da mulher pela gravidez como uma forma de retribuição a seus parceiros. Hoga (2008), acerca disso, também fala da gravidez, principalmente na adolescência, como resposta da mulher ao desejo do companheiro, exigindo de si mesma esta responsabilidade, sustentando uma ideia de que as mulheres devem servir aos homens. Com base em König, Fonseca e Gomes (2008) as contingências externas que podem instigar uma mulher a se tornar mãe são tantas que invadem o imaginário das adolescentes desde muito cedo, levando-as também a viverem sua sexualidade sem muita reflexão.

Rocha et al. (2012) concorda com os demais autores já citados sobre o fato das mulheres poderem se sentir forçadas a engravidar a fim de responder às idealizações do grupo no qual estão inseridas e fala o quanto a mulher se sente “empurrada, ao custo de sua identidade, a responder à convocação do sucesso em todas as áreas da sua vida sendo a boa filha, a excelente profissional, a boa esposa e uma mãe suficientemente boa.” (p. 90), fazendo da gravidez e, com isso, da função materna, uma necessidade para a mulher. Os autores Leite e Frota (2014), em sua pesquisa discutem, a partir da fala de mulheres, o peso de um processo de socialização baseado na crença de que ser mãe é necessário para que as mulheres venham a

se sentir completas e realizadas.

Apesar dos dados até aqui apresentados, observa-se em alguns estudos um movimento de mudanças, como em Nunes (2011), Rangel e Queiroz (2008), e Pitilin (2013), que identificam uma mulher contemporânea, capaz de responder aos seus desejos e também aos anseios sociais, culturais, indo contracorrente à passividade histórica da mulher e fazendo com que a maternidade deixe de ser vista como inquestionável. Contudo, também sinalizam a gravidez ainda como fruto da resposta da mulher às expectativas de familiares, do grupo do qual fazem parte e da sociedade em geral.

Sem muita reflexão, conforme se vê em Smeha e Calvano (2009), antigamente, as mulheres não tinham tanto poder de decisão quanto agora e por isso existia maior chance de serem impelidas à maternidade, sem sequer pensar a respeito disso e dos impactos que tal decisão traria para sua vida. Barreto et al. (2011) apresenta, como exemplo, o resultado encontrado em sua pesquisa, da gravidez como consequência esperada de relacionamentos de longa duração, porém sem justificar.

Esse tipo de pressão, como já assinalado, pode ser vivido dentro da própria família, que culturalmente acredita na mulher como naturalmente mãe e transfere essa ideia para suas mulheres (BARRETO et al., 2011) ou cobra delas esse papel. Hoga (2008) e Rangel e Queiroz (2008) também expõe as religiões como opressoras, ao passo que transmitem a noção de um “ser” como responsável pelo destino de todos e que determina o que deve acontecer com cada um. Assim, tem-se parte da construção do pensamento popular “Deus quis assim”, como argumentação a uma gravidez não planejada e/ ou desejada pela mulher.

O que se observa é que a maternidade é pouco questionada, graças a sua atribuição ao sagrado. É quase unânime entre os artigos revisados a passividade da mulher frente a esse acontecimento, quando o parto deveria ser libertador para a mulher à medida que representasse algo que ela pode fazer por si mesma, sem mediações desnecessárias. Se for de sua vontade gestar e ser mãe, a gravidez e a maternidade podem ser uma forma de garantir autonomia para a mulher.

Segundo Smeha e Calvano (2009), o preconceito pela não maternidade igualmente é capaz de impelir algumas mulheres a deixar de optar por ela. Com base nisto, vê-se a necessidade de fortalecer as mulheres para que possam impor suas vontades às expectativas sociais. Essas várias percepções, coletadas dos diversos autores estudados, denotam uma ideia de inferioridade da mulher, intrínseca ao seu gênero, que vem se mantendo graças a um discurso patriarcal que está presente em nossa sociedade e que tira a autonomia das mulheres, sem que elas se deem conta disso, fazendo, muitas vezes, com que elas próprias reforcem esse

imaginário que lhe foi apresentado como verdade.

4.4 MATERNIDADE: REALIZAÇÃO VERSUS VULNERABILIDADE

Do total de artigos fixados como objeto de estudo, 21 foram incluídos nessa categoria (vide APÊNDICE A) por contemplarem, entre outras coisas, argumentos acerca da maternidade como fonte de ganhos e realização para a mulher, e também sobre a vulnerabilidade social que pode perpassar uma gravidez, especialmente na adolescência.

Tendo como base os autores considerados neste estudo, a gravidez e a consequente maternidade são descritas paradoxalmente como fonte de proteção às mulheres e resultado de uma vulnerabilidade a qual estão expostas, principalmente nos casos de adolescentes ou famílias com baixo nível socioeconômico e de escolaridade. É possível apreender através desta discussão uma imagem distorcida da gravidez que é transmitida principalmente à população com acesso limitado a fontes seguras de ensino e informação. Possivelmente um trabalho de psicoeducação efetivo poderia reduzir o número de gravidezes não planejadas, tal qual o processo de ensino-aprendizagem poderia ser útil na formação de adolescentes, expandindo seus horizontes para além do que encontram em seu círculo social.

Mas obtém-se também a partir dos resultados dos estudos aqui abordados, como já foi descrito, um olhar da mulher para a gravidez enquanto conquista, realização ou encarregada de produzir trocas favoráveis, ganhos para sua vida e até onipotência feminina, essa última conforme Gaille (2009). Outros autores também refletem que a gravidez pode se associar à satisfação e realização da mulher (LEITE; FROTA, 2014; NEPOMUCENO, 2012; MARTINS, 2010; SMEHA; CALVANO, 2009), mas a partir desta revisão, verifica-se a necessidade de novos estudos que abranjam em falas objetivas das mulheres a representação que têm da maternidade, antes mesmo delas se tornarem mães.

Com base em alguns trabalhos que discutem sobre esse significado de conquista atribuído à gravidez, nota-se que ela serve de motor para que as mulheres se sintam menos fracas e mais protegidas, isso porque elas veem no ser mãe uma oportunidade de conviver com outras pessoas, em outro contexto e até para reunir forças e sair do “mundo das drogas” (OLIVEIRA-MONTEIRO, 2008; REIS; OLIVEIRA-MONTEIRO, 2007). Esta consideração revela a ausência de outros fatores de proteção consistentes para essas mulheres.

Oliveira-Monteiro (2008) também apresenta dados sobre a gravidez como suficiente aos adolescentes para formar uma família, além de gerar outros ganhos afetivos e materiais.

“Há uma ênfase na maternidade enquanto ápice da estruturação familiar, o que significa que é bom para a mulher ficar grávida, ter filhos e constituir família.”. (RANGEL; QUEIROZ, 2008, p. 786). Foi considerável o número de estudos encontrados que tratam sobre a gravidez na adolescência, um relevante indicativo de que faltam ações eficientes nessa área e que muitos estudos não necessariamente estão garantindo mudanças no cenário.

König, Fonseca e Gomes (2008) conjecturam sobre a influência negativa da mídia sobre o alto índice de gravidez em idade precoce. De outro ponto de vista, Barreto et al. (2011), Oliveira (2008) e Rangel e Queiroz (2008), apreendem que as adolescentes percebem a gravidez como forma de ascensão social, além de um “passaporte para a vida adulta” (BARRETO et al., 2011, p. 385) e para a maturidade (GUEDES et al., 2012), particularmente quando elas vivem em um contexto com poucas oportunidades. A gravidez na adolescência, neste sentido, chega a ser concebida como uma resposta adaptativa à pobreza, nesta tentativa de reconhecimento social.

Nesse sentido, no estudo de Barreto et al. (2011), a gravidez na fase adolescente é entendida como meio de garantir a estima de outras pessoas e um futuro melhor para si através do filho, apontando para uma necessidade de implementação de políticas públicas que visem dar voz e qualidade de vida a esse grupo. Somando-se a isso, Pitilin (2013, p. 15) reforça que “a ideia de ter muitos filhos pode estar associada à vulnerabilidade como seu gerador ou potencializador, uma vez que esta tem maior incidência em países em desenvolvimento e subdesenvolvidos estando relacionada a fatores culturais e religiosos.”, além de a escolha por ter vários filhos, com pouco intervalo intrapartos, possibilitar reaproveitamento de recursos materiais.

Hoga (2008) discute, a partir dos resultados de sua pesquisa, as falas de adolescentes acerca da gravidez/ maternidade como potencialmente propiciadoras de mudanças em suas vidas. König, Fonseca e Gomes (2008) dizem até da busca dessas jovens por respeito, pela via da maternidade. O que se nota é uma visão desse processo gestacional e da função materna como opções capazes de “solucionar problemas”, especialmente, no caso de adolescentes, os provenientes de suas famílias de origem. Parece faltar a esses adolescentes o discernimento para compreender que a gravidez não extingue com os problemas já existentes em sua vida, tampouco irá resolvê-los.

Lins (2014), para além do contexto da adolescência, faz repercutir as idealizações de mulheres com relação a um filho, as quais abarcam a maternidade como uma chance de salvar um matrimônio e compensar a solidão. Sobre essa concepção das mulheres com relação a ter filhos para preencher um vazio, referida também por Guedes et al. (2012), segundo Pitilin

(2013) vem acompanhada da idealização de que esses filhos não as “abandonarão” e que possivelmente servirão de amparo a elas no futuro. Vivenciar em sua história pessoal o medo, o desamparo e a solidão pode desencadear esse tipo de desejo (ROCHA et al., 2012) de ter alguém para si, bem como esse raciocínio de que um filho cumpriria esse papel. É como se elas pudessem ver nos filhos uma chance de preencher lacunas de afeto, cuidado e atenção deixadas por seus pais (GUEDES et al., 2012).

Nessa perspectiva, pode-se supor que famílias mais estruturadas têm menos chances de vivenciar uma gravidez com o intuito de constituir uma nova família para superar ou compensar a anterior. Se um filho é desejado e planejado livremente, provavelmente sofrerá menor desamparo ao longo de sua vida que um filho inesperado ou imposto por circunstâncias externas ao desejo genuíno da mulher. Um filho não deveria ser, a intento, um preenchedor de lacunas para os seus pais, pois é também um ser humano, com direitos, personalidade e liberdade para seguir, quando possível, seu próprio caminho.

Entretanto, como mostra os dados coletados na pesquisa de Tachibana, Santos e Duarte (2006), a gravidez também pode acontecer em momentos conturbados da vida de um casal, tomada pela ideia de reconciliação desse casal por meio dela, ou com o objetivo de “prender” o namorado ao seu lado” (KÖNIG; FONSECA; GOMES, 2008, p. 407). As mulheres, segundo eles, podem fazer da maternidade uma aliada para alcançar algo, neste caso, com relação ao quadro conjugal pelo qual está passando. Como já foi levantado, “A presença de um filho pode atuar como fortalecimento das alianças conjugais.” (SANTOS; JUNIOR, 2010, p. 303), além de representar, socialmente, a alegria de um casal (2012).

Os estudos revisados também trouxeram como resultado, através da pesquisa de Martins (2010), a gravidez como representante de bem-estar, controle do próprio corpo, unificação familiar e geracional e construção de novos vínculos para uma mulher, bem como, para Nunes (2011), segundo o qual a maternidade, tal qual o amor e o casamento, é socialmente vista como forma de alcançar felicidade. Assim, é possível com uma interpretação mais positiva da maternidade, argumentar que tais elementos influenciam no querer de uma mulher por ser mãe.

Outrossim, a maternidade pode simbolizar um rompimento pretendido com a família de origem, bem como a chance de reconstruir uma nova família, diferente da que teve como modelo. Tendo como base o estudo de Gaille (2009), pode-se constatar que a mulher acredita que a maternidade fará com que ela fique livre da imagem de sua própria mãe, por exemplo, e alcance sucesso em tudo, melhor do que ela.

Nas narrativas sobre o desejo de ter filhos, sobressai um projeto conjunto que vincula a história pessoal com o interesse pela maternidade e pela vivência da gestação, do parto e da amamentação e aquela relativa à família de origem. Ter um filho é visto como um importante passo no reconhecimento e afirmação da família construída, inclusive possibilitando uma (re) aproximação com suas famílias de origem, quando a descoberta da sexualidade teria provocado afastamentos. (MACHIN e COUTO, 2014, p. 1269).

Hoga (2008) ainda enfoca, em uma perspectiva mais social, a gravidez como resultante de pouco conhecimento, especialmente das adolescentes, sobre sexualidade e contracepção ou de uma sexualidade descompromissada (KÖNIG; FONSECA; GOMES, 2008), tal qual do acesso insuficiente a métodos contraceptivos. Pitilin (2013), Campos (2012) e Barreto et al. (2011) expõem nos resultados de suas pesquisas, complementando-se, o não uso da camisinha por receio da dor, o medo de conversar com o parceiro sobre contracepção, o equivocado imaginário das adolescentes de não engravidar se estiverem menstruadas no ato sexual, a crença na possibilidade de ser estéril por ter parentes estéreis, a falta de diálogo com a família sobre essa temática, a confiança em métodos contraceptivos pouco seguros, a falha no processo educacional e a deficiência na assistência à saúde da mulher como propiciadores de uma gravidez precoce. De acordo com esse entendimento, pode-se justificar a importância do planejamento familiar, da expansão do acesso a métodos contraceptivos e da ruptura do tabu da sexualidade, para que se possa falar mais abertamente sobre ela.

Outro aspecto relevante trata da violência direta contra a mulher também como responsável por gravidezes não planejadas e é possível verificar, através dos artigos consultados, que muitas vezes as próprias vítimas não reconhecem o abuso que sofrem, por terem esse modelo de vida assimilado como “normal”. Pitilin (2013) discute em seu artigo sobre a gravidez fruto de estupro, da resistência/ recusa do companheiro em usar preservativo, da proibição da mulher, pelo companheiro, em usar preservativo, atribuindo somente à mulher a responsabilidade por prevenir essa gravidez. Esse fator mais uma vez retoma a importância da quebra com a cultura machista e o fortalecimento do feminismo, encorajando mulheres inclusive a denunciar agressões sofridas.

Logo, chega-se ao consenso de que, se a mulher tem pouca inserção social em âmbitos que não o doméstico, dificilmente terá opções diferentes do tornar-se mãe para poder escolher. Só se escolhe o que se conhece e não se faz uma escolha legítima até que se conheçam todas as opções disponíveis (RANGEL; QUEIROZ, 2008). Fatores como os descritos devem ser ponderados antes de se engendrar a gravidez, principalmente na adolescência, como escolha consciente e madura, de forma generalista.

4.5 O DESEJO POR SER MÃE

Esta categoria exprime a insuficiência de estudos sobre a maternidade enquanto mais próxima de um desejo próprio da mulher e não imposto a ela ou sem crítica de sua parte. Apenas 8 artigos (vide APÊNDICE A) trouxeram essa visão com relação à maternidade, combinada a ideia de “continuidade de si” que um filho pode representar. Ambas as perspectivas são, em meio às demais discutidas neste estudo, mais saudáveis para a mulher e o filho, pois caracteriza uma escolha mais autônoma da mulher, bem como o planejamento de um filho com menos “responsabilidades” ao nascer.

Alguns autores destacaram em seus trabalhos, ainda que de forma minoritária se comparado às demais temáticas abordadas nas outras categorias, a gravidez e a maternidade como fruto de um desejo próprio da mulher e não simplesmente causadas por um processo histórico de socialização calcado em uma visão patriarcal, por pressão advinda de fontes externas a mulher, como um modo de garantir benefícios ou consequência de uma vulnerabilidade social a qual está exposta, fundamentando a noção de maternidade enquanto escolha.

No estudo de Barreto et al. (2011) sobre gravidez na adolescência, pode-se perceber uma motivação entre as adolescentes para a gravidez aquém da questão da vulnerabilidade, construção social histórica ou pressão externa, porém sem explicar o que sustenta tal desejo. Assim, é importante estar atento aos elementos por trás desse desejo declarado como, por exemplo, à representação que se tem da maternidade e como ela foi vivenciada até então, para saber se não se trata realmente de um dos casos expostos nas categorias anteriores.

Ainda segundo esse autor, o desejo por engravidar pode ser consciente ou inconsciente, e é pressuposto que o desejo da adolescente por ser mãe se baseia apenas nos aspectos positivos envolvidos, sem refletir sobre as possíveis consequências. Ainda fica a dúvida se essa vontade acentuada de ter filhos provem de uma necessidade de autorrealização como mulher ou enquanto tentativa de fuga da realidade que vive.

Através do estudo de Gaille (2009) se torna presumível que a gravidez é também um processo de descoberta de si para a mulher, na qual ela é desafiada a se reconhecer e sua soberania é questionada. Gaille (2009) também aponta para a maternidade como forma de possível superação de um evento ruim anterior. O que se nota ainda é que, segundo ele, os motivos que levam a mulher a optar por se tornar mãe são amplos e variados, de mulher para

mulher. Nunes (2011), por outro lado, proporciona um olhar do desejo pela maternidade, diferentemente dos autores precedentes nesta categoria, expondo que este surge a partir do desprazer objetivando o prazer. Deste modo, entende-se que a mulher que opta por ter um filho com base em um desejo pode estar insatisfeita com sua vida.

Em outra perspectiva, o estudo de Leite e Frota (2014), ao relacionar maternidade e infertilidade, encontra como resultado a percepção de mulheres sobre a maternidade como forma de dar continuidade a própria existência. Segundo eles “é comum que o ser humano busque no filho biológico uma possibilidade de transcendência, uma vez que ele é percebido como uma maneira de perpetuação da própria existência.” (p. 152). Neste mesmo sentido, Martins (2010), identifica que a gravidez permite não só a continuidade da família, bem como a transmissão de diferentes legados. “Ter um filho significa, sem dúvida, perpetuar-se, para transmitir a outro o seu destino.” (p. 1374).

Ainda com base no artigo de Martins (2010), vê-se a gravidez representada para as mulheres como positiva e capaz de oportunizar a realização do sonho da maternidade. Para ele, tal qual para Tachibana, Santos e Duarte (2006), a gravidez também pode ser fruto de um desejo e se torna, cada vez mais, significativa para um número de mulheres. Tachibana, Santos e Duarte (2006) acrescentam ao discutir os resultados de sua pesquisa o desejo em gestar associado a uma cura, após um período da mulher imersa em instinto de morte.

O que se pode concluir, principalmente através da percepção de Martins (2010), é que quando desejada, a chance da gravidez ser também planejada é muito maior, porém face aos estudos encontrados, a incidência de gravidezes decorrentes exclusivamente de um desejo genuíno da mulher é praticamente inexistente e claramente menos discutida que os demais fatores que a influenciam para a maternidade. Assim, revela-se a importância de, além de estudar e divulgar notas, que possivelmente a maioria das mulheres compreendidas neste estudo não vai ter acesso, também promover ações que as conscientizem, as torne críticas e as libertem.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de revisão bibliográfica permitiu verificar que embora existam muitos estudos que envolvam a questão da maternidade, poucos são os que abordam objetivamente, a partir de uma perspectiva da própria mulher, o que a leva a engravidar ou quais os fatores que a motivam para a maternidade. A maioria dos estudos analisados relaciona a questão da maternidade a algum tipo de vulnerabilidade e enfatizam, especialmente, a problemática da gravidez na adolescência, deixando de vislumbrar diretamente a percepção de maternidade por mulheres de outros grupos e a interferência disso na decisão por tornar-se ou não mãe.

Entre os artigos revisados, as temáticas se repetem e por isso, na categorização dos resultados encontrados, grande parte deles foi citada em mais de um eixo de discussão. Assim, do total de 23 artigos, 15 se enquadraram na categoria *Construção do ideal de maternidade como processo natural*, 9 na categoria *A maternidade sob o viés da sociedade e da cultura*, eixo com menor número de dados discutidos, 13 na categoria *Gravidez e maternidade como imposição social*, 21 na categoria *Maternidade: realização versus vulnerabilidade*, eixo com maior número de dados discutidos, e 8 na última categoria denominada *O desejo por ser mãe*.

A partir dessas categorias e atendendo aos objetivos propostos para o presente estudo, conseguiu-se identificar algumas variáveis que perpassam de alguma forma a ocorrência de uma gravidez e o desejo da mulher por tornar-se mãe, entre elas aspectos ambientais, partes integrativas da sociedade em que vivemos, aos quais invariavelmente as mulheres são submetidas, bem como aspectos subjetivos, esses pouco articulados nos resultados obtidos.

Em sua totalidade, esses resultados abarcam desde a questão da naturalização da maternidade como construção histórica, passando por uma perspectiva religiosa sobre o ser mãe, aspectos sociais, culturais e familiares, enquanto parte do desenvolvimento e processo de aprendizado da mulher, a ideia de gravidez e maternidade enquanto resposta a uma pressão externa também resultante de elementos socialmente discutidos sobre identidade feminina, feminilidade e o “ser mulher”, os possíveis ganhos de uma gravidez, a maternidade relacionada a vulnerabilidades, envolvendo aspectos socioeconômicos, até a reflexão sobre o desejo genuíno por engravidar e tornar-se mãe.

Também foi possível, de acordo com o propósito inicial, descrever alguns elementos associados à gravidez na adolescência, até em função do grande número de artigos encontrados que dialogam com o tema, e elencar fatores, ainda que não desencadeantes, mas no mínimo estão implicados nas gravidezes não planejadas.

É válido destacar que esta pesquisa tem enquanto limitador o fato de ter sido restrita à

literatura disponível gratuitamente e com versão em língua portuguesa, o que, por outro lado, pode ser visto enquanto alcance, já que encontrou resultados pertinentes a realidade na qual se desenvolveu esta pesquisa. Igualmente, cabe supor enquanto viés tendencioso da pesquisa a conjuntura da autora em questão trabalhar com grávidas, na grande maioria, em situação de vulnerabilidade social e que se tornaram gestantes sem planejamento prévio, com um discurso que vitimiza.

Seguindo a linha de raciocínio por trás dessa investigação, é preciso ainda realizar mais estudos sobre as representações de maternidade para as mulheres, bem como a questão da não maternidade como produto de uma escolha aparentemente mais consciente que a escolha por ser mãe. Além disso, faltam estudos sobre o que leva a mulher que nega desejo e planejamento para engravidar, e com isso se tornar mãe, a fazer uso inadequado de métodos contraceptivos ou não usá-los, de modo que possa embasar ações capazes de transformar essa realidade e fazer da gestação e da maternidade, minimamente, uma escolha pensada e organizada.

Esta pesquisa relativa às influências sofridas pela mulher quanto ao seu querer engravidar e se tornar mãe não é conclusiva e intenta suscitar outras iniciativas, revisões mais amplas e reflexões úteis ao campo teórico-prático no que diz respeito às diferentes áreas de atuação que lidam com mulheres ao longo de suas vidas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. L. de. **Mulheres recipientes**: recortes poéticos do universo feminino nas artes Visuais. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 238 p. ISBN 978-85-7983-118-8.

ALMEIDA, T. Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA. **Quase metade das gestações no Brasil não é planejada, destaca Fundo de População da ONU**. 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/quase-metade-das-gestacoes-no-brasil-nao-e-planejada-destaca-fundo-de-populacao-da-onu/>>. Acesso em: 13 Dez. 2016.

BADINTER, E. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, 370 p. ISBN 978-85-20906-03-3.

BARBOSA, P. Z.; ROCHA-COUTINHO, M. L. Maternidade: novas possibilidades, antigas visões. **Psicol. clin.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 163-185, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652007000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 Dez. 2016.

BARBOSA, P. Z.; ROCHA-COUTINHO, M. L. Ser mulher hoje: A visão de mulheres que não desejam ter filhos. **Psicologia & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 577-587, Dez. 2012. Disponível em <<http://colpos.redalyc.org/articulo.oa?id=309326585010>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

BARRETO, M. M. M. et al. Representação social da gravidez na adolescência para adolescentes grávidas. **Rev. Rene**, Fortaleza, v.12, n.2, p.384-92, Jun. 2011. Disponível em <http://www.revistarene.ufc.br/vol12n2_pdf/a21v12n2.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2017.

BELTRAME, G. R.; DONELLI, T. M. S. Maternidade e carreira: desafios frente à conciliação de papéis. **Aletheia**, Canoas, n. 38-39, p. 206-217, dez. 2012. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942012000200017&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 Dez. 2016.

BESCHOREN, F. C. M. **Conceito de maternidade e de adoção das mulheres inférteis**. 2005. 71 f. Monografia (Graduação) - Curso de Psicologia, Uniceub – Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2005. Disponível em <<http://www.repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/2810/2/20125389.pdf>>. Acesso em: 05 Dez. 2016.

CANAVARRO, M. C. (Org.). **Psicologia da Gravidez e da Maternidade**. 2 ed. Coimbra: Quarteto Editora, 2006. 407 p. ISBN 978-98-95580-81-1.

CARGNELUTTI, G.; HAMPEL, M.; ALCANTARA, J. V. N. de. A mulher e o processo do tornar-se mãe. In: IX SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA PUCRS, 9, 2008, Porto Alegre. **Iniciação Científica**. Porto Alegre: Pucrs, 2008. Disponível em <http://www.pucrs.br/research/salao/2008-IXSalaoIC/index_files/main_files/trabalhos_sic/humanas/psicologia/62046.pdf>. Acesso em: 07 Dez. 2016.

FALCÃO, C. **Survivor**. 2015. Vídeo (3min21s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NlxFf40Lqx4>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

FARIAS, L. W. B. **A audácia dessa mulher: Ana Maria Machado e a subversão do cânone na reescrita de Capitu**. 2007. 236 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007. Disponível em <<http://www.ple.uem.br/defesas/pdf/lwbfarias.pdf>>. Acesso em: 27 Dez. 2016.

FINOTTI, M. Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia – FEBRASGO. **As implicações da gravidez não planejada de adolescentes no Brasil**. 2010. Disponível em <<http://www.febrasgo.org.br/site/?p=11633>>. Acesso em: 13 Dez. 2016.

GAILLE, M. A mulher é mãe por natureza? As técnicas de procriação medicalmente assistidas, à luz da psicanálise, no contexto francês. **Psicol. rev. (Belo Horizonte)**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 17-36, dez. 2008. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682008000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 Dez. 2016.

GAILLE, M. A mulher é mãe por natureza? As técnicas de procriação medicalmente assistidas, à luz da psicanálise, no contexto francês / La femme est-elle une mere par nature? Les techniques de procréation médicalement assistée au prisme de la psychanalyse en **Psicologia em Revista**, [S.l.], v. 14, n. 2, p. 17-36, mar. 2009. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/323>>. Acesso em: 30 Jan. 2017.

GIANLUPI, A. G. F. **Tornar-se mãe: a maternidade da gestação ao primeiro ano de vida do bebê**. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6041/000435644.pdf?...1>>. Acesso em: 27 Dez. 2016.

GONÇALVES R. C. B. et al. Avaliação do perfil biopsicossocial de mães adolescentes, da área de abrangência do Centro de Saúde Cachoeirinha, após o parto. **Rev Med**, Minas Gerais, v. 22, n. 3, p. 296-300. 2012. Disponível em < <http://rmmg.org/artigo/detalhes/80>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

GUEDES, P. C. W. et al. Representação social, ansiedade e depressão em adolescentes puérperas. **Rev. SBPH**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 194-211, jun. 2012. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582012000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 jan. 2017.

HOGA, L. A. K. Maternidade na adolescência em uma comunidade de baixa renda: experiências reveladas pela história oral. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 16, n. 2, p. 280-286, Apr. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692008000200017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 Jan. 2017.

KÖNIG, A. B.; FONSECA, A. D. da; GOMES, V. L. de O. Representações sociais de adolescentes primíparas sobre “ser mãe”. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Goiânia, v. 10, n. 2, 2008. ISSN 1518-1944. Disponível em:

<<https://www.revistas.ufg.br/fen/article/view/8042>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

LEITE, R. Q.; FROTA, A. M. M. C. O desejo de ser mãe e a barreira da infertilidade: uma compreensão fenomenológica. **Rev. abordagem gestalt.**, Goiânia, v. 20, n. 2, p. 151-160, dez. 2014. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672014000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 jan. 2017.

LINS, P. G. A. et al. O sentido da maternidade e da infertilidade: um discurso singular. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 31, n. 3, p. 387-392, Sept. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2014000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 Jan. 2017.

MACHIN, R.; COUTO, M. T. "Fazendo a escolha certa": tecnologias reprodutivas, práticas lésbicas e uso de bancos de sêmen. **Physis**, v. 24, n. 4, p. 1255-1274, Dec. 2014. Disponível em <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312014000401255&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 Jan. 2017.

MARTINS, A. P. V. **Visões do feminino**: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004, p. 7-9. História e saúde collection. ISBN 978-85-7541-451-4.

MARTINS, M. de F. da S. V. Imagens construídas em torno da gravidez. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, supl. 1, p. 1369-1375, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000700046&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 Jan. 2017.

MAUX, A. A. B.; DUTRA, E. Do útero à adoção: a experiência de mulheres férteis que adotaram uma criança. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 14, n. 2, p. 113-121, Ago. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2009000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 Dez. 2016.

MINUCHIN, S. Um modelo familiar. In: MINUCHIN, S. **Famílias, funcionamento e tratamento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982, p.52-69.

MOTA, M. R. R. P. da. **Representações sociais da gravidez**: a experiência da maternidade em instituição. 2011. Dissertação (Mestrado) - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa. 2011. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10400.5/3276>>. Acesso em: 04 Dez. 2016.

NEPOMUCENO, R. C. et al. Esterilização tubária e representação do feminino: aspectos anteriores à realização da cirurgia. **Psicol. hosp. (São Paulo)**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 51-78, jul. 2012. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-74092012000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 jan. 2017.

NOGUEIRA, E. L.; NASCIMENTO, A. R. A. Maternidade e Identidade em Mulheres que Perderam Filhos: Aspectos Psicossociais. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 18, n. 1, abr. 2014. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/28387>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

NUNES, S. A. Afinal, o que querem as mulheres? Maternidade e mal-estar. **Psicol. clin.**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 101-115, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652011000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 Jan. 2017.

OLIVEIRA, R. C. Adolescência, gravidez e maternidade: a percepção de si e a relação com o trabalho. **Saude soc.**, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 93-102, Dec. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902008000400010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 Jan. 2017.

OLIVEIRA-MONTEIRO, N. R. de. **Perfis de adolescentes mães após três anos e meio do nascimento do bebê**: Seguimento longitudinal de estudo psicossocial. Interação em Psicologia, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 291-297, 2008. Disponível em <<http://docplayer.com.br/20356929-Perfis-de-adolescentes-maes-apos-tres-anos-e-meio-do-nascimento-do-bebe-seguimento-longitudinal-de-estudo-psicossocial.html>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

PICCININI, C. A. et al. Gestação e a constituição da maternidade. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 13, n. 1, p. 63-72, Mar. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722008000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 Dez. 2016.

PITILIN, É. de B. et al. A família como sustentação no cotidiano de mulheres múltiparas. **Rev. Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre, v. 34, n. 4, p. 14-20, Dec. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472013000400002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 Jan. 2017.

RAGO, E. J. A construção da 'natureza feminina' no discurso médico. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 511-514, July 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000200019&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 Dez. 2016.

RANGEL, D. L. de O.; QUEIROZ, A. B. A. A representação social das adolescentes sobre a gravidez nesta etapa de vida. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, p. 781-789, Dec. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452008000400024&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 Jan. 2017.

REIS, A. O. A.; OLIVEIRA-MONTEIRO, N. R. de. Sexualidade e procriação na ótica de jovens de periferias sociais e urbanas. **Rev. bras. crescimento desenvolv. hum.**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 54-63, ago. 2007. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822007000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 jan. 2017.

REIS, K. C. F.; MAIA, A. C. B. Estereótipos sexuais e a educação sexista no discurso de mães. In: VALLE, T. G. M. do., org. **Aprendizagem e desenvolvimento humano**: avaliações e intervenções. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 222 p. ISBN 978-85-98605-99-9.

RIBEIRO, A. L. Razão e Sensibilidade: a desconstrução do mito da fragilidade feminina. In: PERETTI, C. (Org.) Congresso de Teologia da PUCPR, 10, 2011, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Champagnat, 2011. Disponível em <<http://www.pucpr.br/eventos>>. Acesso em: 06 Dez. 2016.

RIBEIRO, S. M. Ser Eva e dever ser Maria: paradigmas do feminino no Cristianismo. In: IV CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA. **Anais...** Universidade de Coimbra: 2000.

ROCHA, G. H. dos S. et al. Crenças relacionadas à natureza feminina frente à gestação e ao vínculo materno-fetal. **Psicol. hosp. (São Paulo)**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 79-94, jul. 2012. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-74092012000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 jan. 2017.

RODRIGUES, C. C. L. Relações entre religiosidade e maternidade. **Revista Ciências da Religião: História e Sociedade**. São Paulo, p. 113-137. jan. 2012. Disponível em <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cr/article/view/3754/3545>>. Acesso em: 06 dez. 2016.

ROHDEN, F. **Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher**. 2 ed. rev. and enl. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001. Antropologia & Saúde collection. 224 p. ISBN 978-85-7541-399-9.

SANTOS, E. R. F.; SANTIAGO, I. M. F. L. Relações de gênero na perspectiva dos/as professores/as do ensino fundamental. In: MACHADO, C. J. dos S.; SANTIAGO, I. M. F. L.; TEDESCHI, L. A. **As mulheres e a história: uma introdução teórico metodológica**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2012. 144 p. ISBN 978-85-8147-030-6.

SANTOS, S. F. F.; JUNIOR, J. P. B. Desejo de maternidade entre mulheres com HIV/aids. **Revista Baiana de Saúde Pública**, Bahia, v. 34, n. 2, p. 299-310, Jun. 2010. Disponível em <<http://inseer.ibict.br/rbsp/index.php/rbsp/article/view/36>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

SECOLI, D. X.; SANTIN, M. A. **Maternidade: conversando a gente se entende**. São Paulo: Publicações CDD, 2000. 43 p.

SMEHA, L. N.; CALVANO, L. O que completa uma mulher? Um estudo sobre a relação entre não-maternidade e vida profissional. **Psicol Argum**, Curitiba, v. 27, n. 58, p. 207-17, Set. 2009. Disponível em <<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/pa?dd1=3248&dd99=view&dd98=pb>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

SOUZA, F. C. de. **Meninos e meninas na escola: um encontro possível?** Porto Alegre: Zouk, 2006. 127 p. ISBN 978-85-88840-50-8.

TACHIBANA, M.; SANTOS, L. P.; DUARTE, C. A. M. O conflito entre o consciente e o inconsciente na gravidez não planejada. **Psyche (Sao Paulo)**, São Paulo, v. 10, n. 19, p. 149-167, dez. 2006. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-11382006000300010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 jan. 2017.

TRINDADE, Z. A.; ENUMO, S. R. F. Triste e Incompleta: Uma Visão Feminina da Mulher Infértil. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 151-182, 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642002000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 Dez. 2016.

VALERIO, A. A Teologia, o feminino. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 367, jan. 2005. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X200500020011/7837>>. Acesso em: 15 Dez. 2016.

APÊNDICE A – Quadro de categorias propostas segundo temas dos artigos revisados

Categorias	Bases	Títulos dos Artigos
4.2 - 4.4 - 4.5	BVS	Imagens Construídas em Torno da Gravidez
4.1 - 4.2 - 4.3 - 4.4 - 4.5	BVS	A Mulher é Mãe por Natureza? As Técnicas de Procriação Medicamente Assistidas, à Luz da Psicanálise, no Contexto Francês
4.2 - 4.3 - 4.4	BVS	A Família como Sustentação no Cotidiano de Mulheres Multiparas
4.1	BVS	Maternidade e Identidade em Mulheres que Perderam Filhos: Aspectos Psicossociais
4.1 - 4.2 - 4.4 - 4.5	BVS	Representação Social, Ansiedade e Depressão em Adolescentes Puérperas.
4.1 - 4.3 - 4.4 - 4.5	BVS	Representação Social da Gravidez na Adolescência para Adolescentes Grávidas
4.2 - 4.3 - 4.4 - 4.5	BVS	O que Completa uma Mulher? Um Estudo sobre a Relação entre Não-maternidade e Vida Profissional
4.1 - 4.2 - 4.3 - 4.4	BVS	Crenças Relacionadas à Natureza Feminina frente à Gestação e ao Vínculo Materno-fetal
4.1 - 4.2 - 4.3 - 4.4	Lilacs	Representações Sociais de Adolescentes Primíparas Sobre "Ser Mãe"
4.1 - 4.3 - 4.4 - 4.5	Lilacs	Afinal o que Querem as Mulheres? Maternidade e Mal-estar
4.1 - 4.2 - 4.3 - 4.4 - 4.5	Lilacs	O Desejo de Ser Mãe e a Barreira da Infertilidade: Uma Compreensão Fenomenológica
4.1 - 4.4	Lilacs	Adolescência, Gravidez e Maternidade: A Percepção de Si e a Relação com o Trabalho
4.4	Lilacs	Avaliação do Perfil Biopsicossocial de Mães Adolescentes, da Área de Abrangência do Centro de Saúde Cachoeirinha, Após o Parto
4.1 - 4.4	Lilacs	"Fazendo a Escolha Certa": Tecnologias Reprodutivas, Práticas Lésbicas e Uso de Banco de Sêmen
4.4	Lilacs	Perfis de Adolescentes Mães Após Três Anos e Meio do Nascimento do Bebê: Seguimento Longitudinal de Estudo Psicossocial
4.1 - 4.3	Lilacs	Ser Mulher Hoje: A Visão de Mulheres que Não Desejam ter Filhos
4.4	Lilacs	Sexualidade e Procriação na Ótica de Jovens de Periferias Sociais e Urbanas
4.2 - 4.3 - 4.4	Lilacs	A Representação Social das Adolescentes sobre a Gravidez nessa Etapa da Vida
4.1 - 4.3 - 4.4	Lilacs	Desejo de Maternidade entre Mulheres com HIV/ AIDS
4.1 - 4.3 - 4.4	Lilacs	Maternidade na Adolescência em uma Comunidade de Baixa Renda: Experiências Reveladas pela História Oral
4.1 - 4.3 - 4.4	PePSIC	Esterilização Tubária e Representação do Feminino: Aspectos Anteriores à Realização da Cirurgia
4.4 - 4.5	PePSIC	O Conflito entre o Consciente e o Inconsciente na Gravidez não Planejada
4.1 - 4.4	SciELO	O Sentido da Maternidade e da Infertilidade: Um Discurso Singular